



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

**PROCESSO Nº : 13646.000051/92-80
RECURSO Nº : 81.245
MATÉRIA : FINSOCIAL FATURAMENTO - Ex.: 1988
RECORRENTE : MANO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
RECORRIDA : DRF em UBERABA - MG
SESSÃO DE : 06 de julho de 1995
ACÓRDÃO Nº : 107-2.358**

**FINSOCIAL/FATURAMENTO - DECORRÊNCIA.
O decidido no processo principal aplica-se necessariamente
aos que dele decorrem, em razão da íntima relação de causa
e efeito.**

**Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por
MANO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**

**ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de
Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do
relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.**


**DÍCLER DE ASSUNÇÃO
VICE-PRESIDENTE E RELATOR**

FORMALIZADO EM: 08 JUL 1997

**Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: JONAS FRANCISCO DE
OLIVEIRA, EDSON VIANNA DE BRITO, NATANAEL MARTINS, MARIÂNGELA REIS
VARISCO e CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES.**

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

PROCESSO N° : 13646.000051/92-80
ACÓRDÃO N° : 107-2.358
RECURSO N° : 81.245
RECORRENTE : MANO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

R E L A T Ó R I O

Recorre a pessoa jurídica em epígrafe, a este Colegiado, da decisão da lavra da Sra. Delegada da Receita Federal em Uberaba - MG, que julgou procedente o lançamento referente a Contribuição ao FINSOCIAL/FATURAMENTO, consubstanciado através do Auto de Infração de fls. 01.

O lançamento de ofício refere-se ao exercício financeiro de 1988, com origem na exigência referente ao IRPJ, conforme consta do processo matriz n° 13646.000048/92-75.

Enquadramento legal com fulcro no artigo 1°, § 1°, 16, § único, 36, 49, 83, inciso IV, 84, 85, inciso I, 94, 108, § único, 114, § 1° e 115, inciso I do Regulamento da Contribuição para o Finsocial, aprovado pelo Decreto n° 92.698, de 21/05/86, artigo 13 do DL 2.413/88, § 5° do art. 1° do DL n° 1.940/82, alterado pelo art. 1° da Lei n° 7.611/87, com a redação dada pelo art. 22 do DL n° 2.397/87 e art. 28 da Lei n° 7.738/89.

O lançamento procedido em relação ao IRPJ e que motivou a exigência reflexa teve origem em omissão de receitas, conforme descrição dos fatos e enquadramento legal constantes da peça básica de autuação.

Às fls. 30/32, encontram-se as razões do recurso, que faz remissão às que foram ofertadas junto ao feito principal.

Esta Câmara, ao julgar o recurso n° 103.740, referente ao processo principal, decidiu por negar provimento ao recurso por unanimidade, conforme voto do Relator, através do Acórdão n° 107-0.331, em sessão de 15/06/93.

É o relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO N° : 13646.000051/92-80
ACÓRDÃO N° : 107-2.358

V O T O

CONSELHEIRO DÍCLER DE ASSUNÇÃO, RELATOR

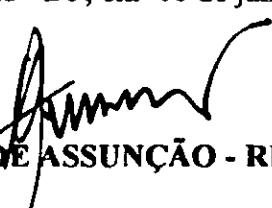
O recurso é tempestivo, posto que observado o prazo do artigo 33 do Decreto nº 70.235/72. Dele tomo conhecimento.

Como visto no relatório, o presente procedimento fiscal decorre do que foi instaurado contra a recorrente, para cobrança de imposto de renda pessoa jurídica, também objeto de recurso, que, julgado, não logrou provimento.

Em consequência, igual sorte colhe o recurso apresentado neste feito decorrente, na medida em que não há fatos ou argumentos novos a ensejar conclusão diversa.

Assim sendo, considerada a íntima relação de causa e efeito entre o processo matriz e os dele decorrentes, voto no sentido de negar provimento ao recurso interposto ao presente processo.

Sala das Sessões - DF, em 06 de julho de 1995.


DÍCLER DE ASSUNÇÃO - RELATOR.